

O USO DO SABER ESTATÍSTICO NOS DISCURSOS ACADÊMICOS DA ALFABETIZAÇÃO

Renata Sperrhake¹
Clarice Saete Traversini²

Resumo

O presente texto analisa como os discursos da alfabetização, do analfabetismo e do alfabetismo/letramento utilizam o saber estatístico. Para tanto, realizou-se uma busca em acervos digitais de revistas especializadas em Educação e Estatística e no Portal de Teses da CAPES. A partir do *corpus* selecionado, é possível perceber as seguintes formas de utilização: 1) estatísticas utilizadas como material empírico; 2) estatísticas utilizadas como procedimento metodológico; 3) referência ao saber estatístico. Além de mostrar como o saber estatístico é utilizado, a análise das produções acadêmicas nos fez perceber outros dois pontos: o aparecimento de níveis de alfabetismo/letramento; e uma mudança quanto à forma de entender a relação do sujeito com a leitura e a escrita.

Palavras-chave: Saber Estatístico; Alfabetização; Analfabetismo; Alfabetismo/Letramento; Estudos Culturais Pós-Estruturalistas

1 INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo analisar como os discursos acadêmicos da alfabetização, do analfabetismo e do alfabetismo/letramento utilizam o saber estatístico. Especificamente, interessam aqui as estatísticas que focalizam a quantificação da alfabetização, do analfabetismo e do alfabetismo/letramento. Ao iniciar a pesquisa que deu origem a este texto, questionávamos sobre como o indiscutível poder dos números na cultura política moderna (ROSE, 1991) faz pensar sobre a maneira que índices e taxas adquirem centralidade na atualidade.

¹ Av. Paulo Gama. s/n - Prédio 12201 - Sala 612 – CEP: 90045-900, Porto Alegre - RS. Tefelone: (51)9101-4499. Email: renata.sperrhake@gmail.com. Mestranda em Educação - UFRGS; Especialista em Educação - UFRGS. Professora da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre-RS.

² Av. Paulo Gama. s/n - Prédio 12201 - Sala 612 - CEP: 90045-900, Porto Alegre RS. Fone: 51-99452585. Email: clarice.traversini@ufrgs.br. Doutora em Educação-UFRGS. Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação – UFRGS.

O campo de estudos em que este texto se inscreve é o dos Estudos Culturais em Educação, na sua vertente pós-estruturalista. Assim, análises aqui realizadas “podem ser configuradas como formas interessadas em lidar com práticas e produtos da cultura” (WORTMANN, 2007, p. 75), e ainda podem ser vistas como “[...] assumidamente parciais, incompletas e orientadas pela preocupação com a apresentação das circunstâncias, e não pela busca das ‘causas’”.

Este artigo encontra-se organizado da seguinte forma: na seção 2 apresentamos o campo dos Estudos Culturais pós-estruturalistas, que orientam o trabalho; na terceira seção apresentamos a emergência da estatística na visão foucaultiana; na seção 4 mencionamos algumas pesquisas e textos que se debruçam sobre o estudo do saber estatístico; na seção 5 apresentamos o *corpus* a ser analisado; na sexta seção analisamos as formas como o saber estatístico é utilizado pela produção acadêmica da área da alfabetização e, na última seção, apresentamos as considerações finais.

2 ESTUDOS CULTURAIS EM EDUCAÇÃO: A ORIENTAÇÃO TEÓRICA-METODOLÓGICA

As diferentes formas de abordagem de um tema, em uma pesquisa, estão marcadas por diversos aspectos: o referencial teórico que embasa o estudo, a trajetória do pesquisador, as escolhas feitas por ele durante o período da pesquisa, o material a ser estudado, dentre outros. De alguma maneira, esse entendimento do que é empreender uma investigação (científica) está ancorado no campo e na perspectiva teórica escolhida para trabalhar, neste caso, os Estudos Culturais em Educação, em sua vertente pós-estruturalista, focalizando noções de Michel Foucault.

Os Estudos Culturais fornecem uma maneira de entender conceitos, teorias e métodos como produções culturais localizadas historicamente. Isto é, respondem a questões específicas de um tempo histórico, emergem a partir de certas condições, podem ser vistas como verdades provisórias produzidas no interior de relações de poder e que lutam para ganhar legitimidade. Assim, “[...] a produção de conhecimentos é concebida como prática social, como construção coletiva, como processo histórico [...]” (COSTA, 2007, p.14).

Uma das características do pensamento pós-estruturalista é o entendimento acerca da linguagem. Os autores dessa vertente questionam a função representativa da palavra e o potencial dela em ser um retrato das coisas do mundo. Para eles, não existe relação essencial

ou natural entre a palavra e a coisa. O que existe é a produção de sentidos, e dessa forma, múltiplas possibilidades de significações. Sentidos e significados são produzidos pela linguagem. Os discursos atuam na constituição daquilo que chamamos de realidade (COSTA, 2004). Nesse sentido, a perspectiva pós-estruturalista nega a existência de verdades e de realidades objetivas e preexistentes. “Aquilo que chamamos de ‘verdade’ é produzido na forma de discursos sobre as coisas do mundo, segundo regimes regidos pelo poder” (COSTA, 2004, p. 76).

Assim, os discursos que produzem as estatísticas educacionais e a alfabetização, o analfabetismo e o alfabetismo/letramento, podem ser vistos como produtores de “realidades” sendo, também, produzidos por ela. Nesse sentido, ao retratar uma realidade de forma objetiva os discursos fazem muito mais do que isso, pois ao apontar e nomear posições produzem o que pretendem descrever.

A produtividade dos discursos, sua aceitação e circulação, está vinculada aos *regimes de verdade*. Essa expressão de Foucault é compreendida como

[...] os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdade (FOUCAULT, 2011, p. 12).

O saber estatístico, na contemporaneidade, parece ser valorizado como um procedimento ou técnica de obtenção da verdade: “Pelos estatísticas, através das ciências, fazem-se discursos de verdade!” (SENRA, 2005, p.15). Ele é um dos saberes que constituem um aparato de conhecimento que tem como finalidade tornar os indivíduos governáveis.

De acordo com Trindade (2004), a produção acadêmica na área da alfabetização pode ser vista como “invenções”, traçando uma sucessão de verdades (provisórias, portanto) a respeito do que é alfabetizar, ler, escrever, quais as maneiras para se chegar ao aprendizado da leitura e da escrita, quais usos se podem fazer dessas habilidades, etc. Da mesma forma, a produção dos números (ou a produção estatística dos números) acerca do que é ser alfabetizado, analfabeto, ou ter diferentes níveis de letramento/alfabetismo também pode ser vista como inventada e pautada pelas condições históricas nas quais foram/são gestadas.

Reiteramos que a autora trata dos conceitos de alfabetização e (an)alfabetismo como invenções, como produtos culturais datados. Assim, além da preocupação com o contexto histórico em que essas definições são produzidas, deve-se levar em conta “a possibilidade de

receberem interpretações diversas em função de sua identificação se dar de forma mais direta com determinada orientação teórica” (TRINDADE, 2004, p.126). Portanto, neste artigo, compartilhamos dos termos letramento/alfabetismo como o “estado ou condição que assume aquele que aprender a ler e escrever” (SOARES, 1998), bem como os usos que podem ser feitos da leitura e da escrita em diferentes contextos sociais. Enquanto que a alfabetização seria a ação de ensinar ou aprender a ler e escrever, a aquisição do código linguístico.

3 UM SABER SOBRE A POPULAÇÃO: A EMERGÊNCIA DA ESTATÍSTICA NA VISÃO FOUCAULTIANA

Foucault nos mostra que a emergência política da estatística, como saber do Estado, está relacionada com a arte de governar proposta pela literatura “anti-Maquiavel”. Nesse sentido “Governar um Estado significará, portanto estabelecer a economia ao nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de família” (FOUCAULT, 2011, p. 281).

O movimento de governamentalização pelo qual o Estado de justiça da Idade Média foi pouco a pouco se tornando o Estado administrativo nos séculos XV e XVI, devido às mudanças nas práticas de governo, exigiu novas formas de organização e de produção de determinados tipos de saber (FOUCAULT, 2008a). Isso porque a preocupação do Estado com a população adquire centralidade, em detrimento do território. Para isso, são necessários procedimentos, técnicas, meios para assegurar a regulação da população. A arte de governar os homens demandava a produção de um conjunto de formas de saber, uma delas, que segundo Foucault (2008a) acabou se tornando o maior instrumento da nova racionalidade governamental, foi a estatística (SENRA, 1996, p.89).

Para que o Estado pudesse ser governado era preciso conhecer suas diferentes forças e recursos, e esses dados produzidos pela estatística vão se constituir no conteúdo essencial do saber do soberano. O uso dos números para a produção das estatísticas tem seus primeiros registros na metade do século XVII (pelo menos no que se refere à Europa). Coincidentemente, ou não, é entre os séculos XVII e XVIII que emerge a ciência moderna, regida pelos ideais da razão e da objetividade. Assim, pode-se pensar que o registro numérico iria conferir maior veracidade ao conhecimento produzido por este campo de saber uma vez que “A matemática oferece elementos para construção de uma linguagem tal que possa

expressar o real, eliminando as ambivalências e auxiliando no processo de classificação, de segregação, de igualação, de condução da diversidade do real a uma unidade” (CLARETO; ROTONDO, 2010, p. 589).

A produção atual das estatísticas educacionais situa-se nesse registro, ou seja, “quantifica-se para conhecer, quantifica-se para governar” (TRAVERSINI; LOPES BELLO, 2010, p.141). A geração de dados sobre a educação escolar através de avaliações externas de larga escala, pode ser entendida como uma técnica para se conhecer (e se produzir) informações sobre os alunos e, assim, poder intervir, governar a população escolar (alunos e professores).

Entendemos a estatística como uma tecnologia de governo³ (TRAVERSINI; LOPES BELLO, 2010, p.143), que atua como um instrumento de uma racionalidade governamental (racionalidade neoliberal, na atualidade) que produz números, índices e taxas que são utilizados para governar condutas. Tecnologia é compreendida aqui como “aqueles meios a que, em determinada época, autoridades de tipo diverso deitam mão para moldar, instrumentalizar e normalizar a conduta de alguém” (RAMOS DO Ó, 2005, p.20) ou de parcelas da população.

Entender a estatística como tecnologia de governo foi possível através da ferramenta metodológica e conceitual da governamentalidade, que fornece uma grade de análise e permite entender os “princípios racionais de ação para a orientação das condutas, dos modos de ser e de agir dos indivíduos e das populações” (VEIGA-NETO; TRAVERSINI, 2010). Tal tecnologia de governo legitimou-se como um saber verdadeiro a ponto de se tornar quase incontestável, de produzir “um sedutor efeito como se contra eles não se tivesse argumentos” (ROSE, 1991, p.691). Esse efeito pode ser percebido na divulgação de dados estatísticos, através de reportagens, por exemplo. Esses dados contribuem para a produção de representações sobre boas escolas, bom ensino, bons professores⁴, etc. E, também, para a produção de diferentes formas de ser sujeito: alfabetizado, analfabeto e letrado, por exemplo.

³ Veiga-Neto (2002) propõe a utilização de governo diferenciando-a de governo.

⁴ No momento de elaboração do presente texto somos bombardeadas por inúmeras reportagens sobre as escolas e seus desempenhos no IDEB. Uma rede de televisão local (Porto Alegre – RS) lançou recentemente uma campanha em favor da melhoria de tais índices com o slogan “A educação precisa de respostas”. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/sc/rbstvsc/noticia/2012/08/jornal-do-almoco-tem-especial-sobre-educacao-no-rs-e-em-sc-veja-videos.html> Acesso em: 29/08/2012.

4 O QUE DIZEM ALGUNS ESTUDOS SOBRE O SABER ESTATÍSTICO

Antes de passar para a descrição metodológica cabe mencionar algumas pesquisas e textos produzidos que se debruçam sobre o estudo do saber estatístico. No campo da Sociologia das Estatísticas destaco os trabalhos de Nelson Senra (1996; 2005), T. Popkewitz e S. Lindblad (2001). Em uma abordagem histórica do estudo das estatísticas, no Brasil, destacamos os trabalhos desenvolvidos por Natália Gil (2002, 2007, 2008). Em outra perspectiva, temos os trabalhos de Ferraro (1987; 2002; 2004; 2009) que discute o analfabetismo através de dados estatísticos produzidos pelos Censos.

No âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul destacamos os seguintes estudos que fazem discussão e análises sobre estatísticas, governamentalidade e educação: o estudo de Traversini (2003) sobre o Programa Alfabetização Solidária (PAS), em que a autora procura analisar como o PAS constitui-se em uma forma de governamentalização da sociedade brasileira e dos indivíduos. Klein (2010) estudou como os discursos que circulam nas páginas da Ação ABC Alfabetizando se constituem em estratégias de governo e operam sobre os governos municipais e a população para manter os índices de analfabetismo reduzidos. Os trabalhos de Traversini e Bello (2009; 2011) focalizam o saber estatístico como uma tecnologia de governo. Já Bello (2010) faz uso do conceito de numeramentalização e, a partir dele, também Pinho (2011) e Kreutz (2011) se utilizam do termo em seus estudos.

5 O CORPUS ANALISADO

Realizamos uma pesquisa no Portal de Teses da CAPES, e em revistas especializadas em educação e estatística, com buscas digitais pelo *Scielo*, para as revistas especializadas em educação. A revista especializada em estatística escolhida foi a Revista Brasileira de Estatística e a busca foi realizada no seu Acervo Digital.

Para a busca em acervos digitais utilizaram-se as seguintes palavras ou descritores: “dados estatísticos”, “estatísticas educacionais”, “estatísticas”, “educação”, “alfabetização”, “analfabetismo”, “letramento” e “alfabetismo”. Esses descritores foram utilizados combinados, por exemplo: “estatísticas” e “alfabetização”; “dados estatísticos” e “letramento”, pois o objetivo era chegar aos textos e resumos que versassem sobre o tema da alfabetização (e temas correlatos) utilizando dados estatísticos ou se referindo a eles.

O *corpus* a ser analisado nesse texto, então, é composto por 33 resumos de teses e dissertações e 10 artigos publicados em revistas científicas das áreas da educação e da estatística. O período de abrangência do corpus é de 1946 a 2010.

6 O SABER ESTATÍSTICO E A SUA UTILIZAÇÃO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA ANALISADA

A partir da leitura dos resumos e textos que compõem o *corpus* analítico foram percebidas recorrências que se referem à forma como as estatísticas são utilizadas pela produção acadêmica analisada.

A primeira diz respeito às *Estatísticas utilizadas como material empírico*. Os números, índices e taxas foram tratados como fontes informativas a partir das quais se realizaram as análises do estudo em questão. A utilização das estatísticas como material empírico, ou seja, como objeto de investigação e/ou análise do artigo, tese ou dissertação se dá com base no uso dos números, dados, gráficos e tabelas produzidos por outros autores ou advindos de levantamentos realizados por diferentes instituições e instâncias administrativas. Dentre as estatísticas escolhidas pelos autores dos artigos, teses e dissertações estão o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF), os microdados e os indicadores da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios (PNAD), os dados do Censo Demográfico, estatísticas de unidades escolares, estatísticas oficiais e documentais, dados provenientes das provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), além de percentagens, gráficos e tabelas.

Com essa utilização do número advinda de outras pesquisas ou levantamentos, a classificação feita pelo autor do texto, de certa forma, é realizada através da “interpretação” dos dados numéricos já existentes. Assim, o autor escolhe com quais classificações, já realizadas, irá trabalhar. “Na verdade, a escolha de determinadas categorias traduz novos olhares sobre a sociedade, consagrando ‘grupos’ e ‘populações’ que passam a ser objeto de uma atenção especial” (NÓVOA, 2004, p. 10).

Essas informações numéricas e a escolha dos autores das pesquisas por determinadas categorias e classificações, e o discurso por eles produzido a partir delas, podem ser entendidos como uma forma de produção de determinado tipo do sujeito. Estas informações e categorias, ao serem alvo da escolha de pesquisadores, têm efeitos de verdade que incidem sobre os outros, conferindo-lhes formas de ser alfabetizado, analfabeto e letrado. Esses

pesquisadores põem em circulação quais são as verdades que irão orientar o entendimento sobre os sujeitos e sua relação com aquisição do código escrito e com as práticas de leitura, escrita e oralidade e, dessa forma, os posicionam dentro de determinadas categorias. Além disso, essas informações e categorias podem ser vistas como mecanismos que, de certa forma, concretizam, dão visibilidade, a este sujeito a ser produzido, lido e analisado tomando como base certos referenciais e certas normas, tidas como as merecedoras dessa “atenção especial” mencionada por Nóvoa (2004).

Nos textos dos resumos também notamos a presença de estatísticas produzidas na própria pesquisa, através de procedimentos estatísticos, e que formavam o material empírico em questão. Assim, outra forma de utilização foi a *estatística como um procedimento metodológico da pesquisa ou do estudo*. A utilização de procedimentos metodológicos de cunho estatístico pode ser vista como uma forma de conferir legitimidade ao estudo realizado, uma vez que os números são, na sociedade contemporânea, um dos selos da objetividade e da cientificidade.

Goergen (1986, p.3) argumenta que a ciência da educação, ligada à “tradição das ciências humanas, recebeu o apelo das modernas ciências exatas para trocar seus velhos métodos especulativos pelo novo instrumentário científico”. Esse mesmo autor argumenta que no Brasil, a pesquisa educacional seguiu duas formas de investigação, “[...] uma, voltada para os textos, aspectos históricos, fundamentos, de caráter teórico-filosófico [...]; outra, dedicada às pesquisas empíricas, obcecada, muitas vezes, pelo afã de juntar dados [...]” (GOERGEN, 1986, p.3-4). Assim, podemos pensar que a busca por procedimentos de cunho estatístico estaria relacionada à constituição de uma ordem científica, como argumenta Senra (2005, p.33) em que “fazer ciência passa a exigir o observar e o experimentar, com vistas a entender-se e apropriar-se a realidade, obtendo-se não uma, mas a verdade; a verdade calculada e mensurada, capaz de autorizar a realização de previsões (dizendo do provável)”.

Dando destaque a um artigo da Revista Brasileira de Estatística, notamos que a preocupação com o método adotado e com o grau de precisão que seria alcançado pelo procedimento estatístico aplicado está presente, nos órgãos especializados do Brasil, desde o final do século XIX.

"Os resultados desta inferência destinam-se, principalmente, a aguardar a apuração do último Censo, a fim de que, postos em confronto e analisados os dados censitários e os aqui inferidos, se obtenham as conclusões possíveis a respeito do método que se adotou, bem como do grau de precisão já alcançado pela estatística do ensino primário" (1951) – Artigo

Um dos responsáveis pela implantação de um novo sistema de estatísticas educacionais na década de 1930, Lourenço Filho, “[...] relata que os próprios responsáveis pela apresentação de dados estatísticos desde o tempo do Império reconheciam sua inutilidade como instrumento administrativo, devido à incompletude e imprecisão” (LUGLI, 2002, s/p.). Essa mesma autora aponta que “[...] na década de 30 a ambição dos administradores nacionais era a exatidão, a descrição numérica e científica de cada sistema escolar estadual, de modo que fosse possível conhecer as diferenças regionais que à primeira vista pareciam tão marcadas” (LUGLI, 2002, s/p.). De acordo com os administradores da época, os dados estatísticos não tinham um tratamento necessário para serem reconhecidos como confiáveis.

Segundo Gil (2008), a participação do Brasil em Exposições Internacionais, onde eram comparadas as estatísticas entre os países, impulsionou a busca por bases consideradas confiáveis para a produção dos números, como a definição dos critérios, procedimentos e técnicas. Nessas exposições os países eram divididos entre aqueles que ocupavam uma posição de triunfo tecnológico e aqueles que eram posicionados como “coloniais” ou “nativos”. “Ao Brasil interessava apresentar-se perante o concerto dos países desenvolvidos como uma nação em franco avanço econômico, tecnológico e cultural. Para tanto, precisa de estatísticas completas e confiáveis” (GIL, 2007, p.34). Essa preocupação com a produção de estatísticas completas e confiáveis parece ter adentrado o século XX, avançado até a sua metade, sendo assumida pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde, órgão responsável pelo artigo em questão (1951), e chegado ao início do século XXI.

A respeito da previsibilidade e das inferências advindas dos métodos estatísticos, Nóvoa nos diz que as estatísticas “[...] procuram prever os acontecimentos através de inferências cada vez mais sofisticadas” (NÓVOA, 2004, p. 10). Nesse sentido, a teoria da probabilidade e a constituição da estatística social aparecem como “avanços” na sofisticação e cientificação das técnicas estatísticas. “A teoria da probabilidade iria fornecer subsídios para o planejamento administrativo, conferindo condições de previsibilidade, numericamente sustentada” (GOUVEA, 2006, p.2). O autor complementa informando que “a ciência estatística estende sua possibilidade de intervenção social, passando da descrição, através do registro objetivo dos dados, para a previsão da gestão”.

Podemos entender que esta previsão atua no sentido de impedir que o indesejado aconteça, ou seja, a previsão e a inferência advindas das estatísticas pretendem diminuir o

risco. “[...] com a invenção da noção de risco, passou-se a considerar que algumas ações podem ser realizadas para prevenir e evitar perigos e ameaças, obtendo uma sensação de domínio da insegurança e da incerteza” (TRAVERSINI, 2003, p.111). A autora expõe, também, que a invenção do risco possibilitou que se classificassem espaços e indivíduos segundo determinadas características tidas como problemáticas. No caso dos materiais analisados neste trabalho, a característica que torna uma população problemática é o analfabetismo. A utilização das estatísticas para prever, localizar, diagnosticar o analfabetismo também atua na produção do risco de ser analfabeto e permite, desse modo, o planejamento de ações que pretendem minimizá-lo.

Com a utilização da estatística como procedimento metodológico próprio do artigo, da tese ou da dissertação, o autor de tal texto pode ser visto como alguém que produz formas de ser sujeito na sua relação com a leitura, a escrita e a oralidade, uma vez que ele é quem enquadra e/ou classifica. Recorrer a um procedimento estatístico para tal enquadramento e/ou classificação pode ser visto como uma forma de qualificar o estudo, de conferir a ele objetividade e cientificidade. Podemos dizer, também, que se procura produzir um sujeito analfabeto, alfabetizado ou letrado “cientificamente comprovado” pelo uso de métodos e técnicas estatísticas.

A terceira forma de utilização *referência ao saber estatístico*, diz respeito aos resumos e textos em que, de alguma maneira, se referencia algum dado estatístico ou o saber estatístico. Essa forma aparece nos excertos dos textos e resumos de três maneiras. Em uma delas a referência ao saber estatístico é feita pela legitimidade conferida aos números. Gil (2007) aponta que esse poder que as estatísticas usufruem se deve ao equívoco de se considerar que elas poderiam fornecer uma apreensão do “todo”. A autora argumenta que, ao invés disso, o que as estatísticas fornecem é apenas uma visão de alguns aspectos, aqueles que se prestam à contagem. E ainda enfatiza que “sua importância está, portanto, menos na provisão de uma descrição exata e completa do real e sim na sua capacidade de ordenar e sintetizar informações conferindo inteligibilidade ao mundo” (GIL, 2007, p. 23). Poderíamos dizer, a partir da perspectiva utilizada neste estudo, - da linguagem como constitutiva da realidade - que as estatísticas produzem um tipo de inteligibilidade que nos faz entender o mundo de uma determinada forma e não de outra. Essa inteligibilidade, talvez, nos permita posicionar os sujeitos de uma determinada forma: como alfabetizados, analfabetos e letrados de acordo com seu grau de escolaridade (por exemplo, nos Censos); ou de acordo com os usos que esses sujeitos fazem da leitura e da escrita no seu cotidiano (por exemplo, no INAF).

A segunda maneira de fazer referência ao saber estatístico é aquela em que se questiona a informação estatística. Um texto, em particular, de autoria de Gatti (2004) questiona a transparência muitas vezes atribuída ao dado numérico.

"Em si, tabelas, indicadores, testes de significância, etc., nada dizem. O significado dos resultados é dado pelo pesquisador em função de seu estofo teórico" (Gatti, 2004) – Artigo.

Por outro lado, mesmo referindo que o significado dos números é atribuído pelo pesquisador, o saber estatístico parece ter o poder de possibilitar a compreensão de fenômenos educacionais e a produtividade deles em relação às políticas educacionais, à gestão e às ações pedagógicas.

"Estas análises, a partir de dados quantificados, contextualizadas por perspectivas teóricas, com escolhas metodológicas cuidadosas, trazem subsídios concretos para a compreensão de fenômenos educacionais indo além dos casuísmos e contribuindo para a produção/enfrentamento de políticas educacionais, para planejamento, administração/gestão da educação, podendo ainda orientar ações pedagógicas de cunho mais geral ou específico. Permitem ainda desmistificar representações, preconceitos, "achômetros", sobre fenômenos educacionais, construídos apenas a partir do senso comum do cotidiano, ou do marketing" (Gatti, 2004) – Artigo.

Corroborar a necessidade e/ou mostrar a relevância do estudo consiste na terceira maneira de se fazer referência às estatísticas. Aqui elas parecem ser utilizadas para denunciar uma situação problemática e que, por isso, precisa ser estudada ou revertida. Assim, o sujeito posicionado como analfabeto ou com um baixo nível de letramento, geralmente é classificado como um problema. A produção dessa situação, tida como problemática, demanda intervenção para que este sujeito se transforme em alfabetizado ou aumente seu nível de letramento. Segundo Nóvoa (2004, p.10) "não estamos perante um mero relato ou relatório, mas antes face à construção de categorias de pensamento e de acção que criam maneiras novas de administrar as nações e os seus cidadãos".

Em nossas análises, além da forma de utilização do saber estatístico, outro aspecto nos chamou a atenção: o aparecimento de níveis de alfabetismo/letramento que há duas décadas não tinham centralidade nas produções acadêmicas. O estudo do texto de Trindade (2004, p.127) corroborou nossa pesquisa ao afirmar a existência de tal mudança, ou seja, "como os estudos acadêmicos interpretavam o analfabetismo e a alfabetização há alguns séculos e como os interpretam hoje, distinguindo-os em novos tipos e níveis". Podemos inferir que as estratificações do alfabetismo/letramento produzem a multiplicação das formas de posicionar

os sujeitos, segundo determinado nível de escrita e de leitura. Parece que os discursos produzidos sobre alfabetismo/letramento forneceram as condições para estabelecer os padrões de normalidade e anormalidade, classificando os sujeitos em relação aos usos da leitura e da escrita. É sobre esse aspecto que nossa pesquisa se debruça atualmente e, portanto, as análises apresentadas ainda são preliminares.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de mostrar como o saber estatístico é utilizado, a análise das produções acadêmicas nos fez perceber que há uma mudança quanto à forma de entender a relação do sujeito com a leitura e a escrita. Quando o saber estatístico classificava o indivíduo em analfabeto e alfabetizado, parece-nos que estava em ação um processo de normação (Foucault, 2008a). Isto é, a norma era dada a priori. Neste caso, todos deveriam estar alfabetizados a partir de um determinado critério, e quem não se enquadrava nele era considerado analfabeto. Por exemplo, a decodificação do código escrito era o critério mínimo para enquadramento, mesmo que esse reconhecimento fosse dado pelo próprio sujeito.

Com a mudança da forma de se pensar da sociedade, não basta mais ser alfabetizado ou analfabeto. Os discursos sobre alfabetismo/letramento evidenciaram a necessidade de fazer uso social das habilidades de leitura e escrita. E esses usos se tornam balizadores dos níveis de alfabetismo/letramento. Nessa classificação se realizará uma operação não mais de normação e sim de normalização que “[...] vai consistir em fazer essas diferentes distribuições de normalidades funcionarem umas em relação às outras e [em] fazer de sorte que as mais desfavoráveis sejam trazidas às que são mais favoráveis” (FOUCAULT, 2008a, p. 81). Para a temática em questão, o mais favorável é ter um alto grau de alfabetismo/letramento, por isso o saber estatístico se torna relevante: ele visibiliza a parcela da população tida como problemática. A norma passa a ser definida pelo nível de alfabetismo/letramento médio da população, aferido através de procedimentos de cunho estatístico. E essa norma é cambiante, na medida em que se pretende, cada vez mais, elevar essa média, tornando a população cada vez mais letrada.

Esses níveis podem ser vistos como uma forma de conhecer mais detidamente essa população já alfabetizada, mas que ainda não utiliza plenamente e com proficiência a leitura e a escrita, para sobre ela poder agir e conduzir suas ações com objetivo de qualificar esse alfabetismo/letramento. E qual seria o objetivo dessa qualificação? Parece que está em

investir no “capital humano”⁵, o qual é composto por elementos inatos e elementos adquiridos. Interessam-nos aqui os elementos adquiridos, que na análise de Foucault são chamados de investimentos educacionais, entendidos como sendo “[...] muito mais amplos, muito mais numerosos do que o simples aprendizado escolar [...]” (FOUCAULT, 2008b, p. 315). A partir dessa perspectiva teórica e lidando com os materiais empíricos selecionados em nosso estudo, emergiram alguns questionamentos: as práticas de leitura e de escrita vivenciadas nas mais diversas instâncias sociais comporiam o capital humano de um indivíduo? E, a necessidade de qualificar o capital humano passaria pela necessidade de ampliar ou diversificar as práticas de leitura e de escrita? A criação de níveis de alfabetismo/letramento para enquadrar a população estaria relacionada com a lógica neoliberal? Perguntando de outro modo: ao desejar aumentar seu nível de alfabetismo/letramento, o sujeito passaria a empresariar a si mesmo (Foucault, 2008b), investindo na qualificação do seu capital humano?

O estudo ora realizado, e que ainda prossegue, não pretende assumir uma posição contrária ao compromisso político de qualificar o alfabetismo/letramento da população. Assim como não estamos demonizando o uso do saber estatístico nas produções acadêmicas. Desejamos mostrar que, ao usar o saber estatístico, não estamos apenas representando uma realidade, mas estamos construindo, posicionando e definindo uma forma de ser sujeito pelos números na sua relação com as letras, como menciona Klein (2010). Assim como as letras posicionam e fixam um lugar de pertencimento do sujeito, os números também o fazem.

THE USE OF STATISTIC KNOWLEDGE IN ACADEMIC DISCOURSES OF LITERACY

Abstract

The present paper analyzes how discourses of literacy, illiteracy and alphabetic literacy have used statistical knowledge. We carried out a search into digital files of journals specialized in Education and Statistics, as well as into CAPES Thesis Database. From the selected corpus, it is possible to perceive the following kinds of uses: 1) statistics used as empirical material; 2) statistics used as methodological procedure; 3) reference to statistical knowledge. Besides

⁵ Termo formulado pelo economista norte-americano Theodore W. Shultz na década de 50 e popularizado por meio dos estudos de Gary Becker, professor da Universidade de Chicago. A partir da década de 80, com a lógica neoliberal o termo acabou se expandindo.

evidencing how the statistical knowledge has been used, the analysis of academic productions has enabled us to perceive other two points: the appearance of levels of alphabetic literacy, and the change in the understanding of the relationship of the subject with reading and writing.

Keywords: Statistical Knowledge; Literacy; Illiteracy; Alphabetic Literacy; Post-Structuralist Cultural Studies

LA UTILIZACIÓN DE LOS SABERES ESTADÍSTICOS EN LOS DISCURSOS DE ALFABETIZACIÓN

Resumen

Este artículo analiza como los discursos de la Alfabetización, del analfabetismo y del alfabetismo/letramiento utilizan los saberes Estadísticos. Así, realizamos búsquedas en colecciones digitales de revistas especializadas en Educación y en Estadística y en el pórtico de Tesis de la CAPES. A partir del cuerpo investigativo seleccionado, pudimos ver que: 1) las estadísticas son utilizadas como material empírico de investigación; 2) las Estadísticas son utilizadas como procedimientos metodológicos; 3) los discursos antes mencionados hacen referencia a las estadísticas. Además de mostrar como los saberes estadísticos son utilizados, el análisis de de las producciones científicas nos hizo darnos cuenta de otros dos aspectos: del apareamiento de niveles alfabetismo/letramiento y de un cambio en lo que se refiere a la manera de entenderse la relación del sujeto con la lectura y la escrita.

Palabras clave: Saberes Estadísticos; Alfabetización; Analfabetismo; Alfabetismo/Letramento; Estudios culturales Post-estructuralistas

REFERÊNCIAS

BELLO, S. E. L. *Numeramentality: a research program in Mathematics Education*. CIEAEM 63. Barcelona: Espanha. 2011. 5f.

BELLO, S. E. L.; TRAVERSINI, C. S. Saber estatístico e sua curricularização para o governo de todos e de cada um. In: *Bolema*. Boletim de Educação Matemática (UNESP. Rio Claro. Impreso), v. 24, p. 855-871, 2011.

CLARETO, Sônia Maria. ROTONDO, Margareth Sacramento. Experiências no labirinto: linguagens, conhecimentos e subjetividades. In: *Zetetike*, número especial, v.18, 2010.

COSTA, Marisa Vorraber. Mídia, magistério e política cultural. In: COSTA, Marisa Vorraber; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...* 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 73-92.

COSTA, Marisa Vorraber. Novos olhares na pesquisa em educação. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007, p.13-22.

FERRARO, Alceu Ravanello. Escola e produção do analfabetismo. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 12, n. 2, jul/dez 1987. P. 81-96.

FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os Censos? In: *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 23, n. 81, dez. 2002. P. 21-47.

FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 29, n. 2, jul/dez 2004. P. 179-199.

FERRARO, Alceu Ravanello. *História inacabada do analfabetismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2011, 29ª reimpressão.

GIL, Natalia. *Razão em números: a presença das estatísticas nos discursos educacionais divulgados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1952)*. São Paulo, SP. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação). 180f. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GIL, Natalia. *A dimensão da educação nacional: um estudo sócio-histórico das estatísticas oficiais da escola brasileira*. São Paulo, SP. 2007. Tese (Doutorado em Educação). 409f. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GIL, Natalia . Aparato burocrático e os números do ensino: uma abordagem histórica. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 134, p. 479-502, 2008

GOERGEN, Pedro L. A pesquisa educacional no Brasil: dificuldades, avanços e perspectivas. In: *Em Aberto*. Brasília, DF. V.5, n.31, jul/set. 1986. P. 1-18.

Gouvêa, Maria Cristina Soares de. Estatística social como técnica de governo: representações sobre os registros da população escolar (Portugal: 1880-1900). In: *IV Congresso Brasileiro de História da Educação: a educação e seus sujeitos na história*. 2006, Goiania-GO. Disponível em:

<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo03/Maria%20Cristina%20Soares%20de%20Gouvea%20-%20Texto.pdf>

Acesso em: 29 de agosto de 2012.

KREUTZ, J. A. *Quem conta um ponto, inventa um conto: numeramentalização e saúde das populações*. Proposta de dissertação (mestrado). Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS, 2011.

LUGLI, Rosário S. Genta. *Estatísticas educacionais brasileiras na década de 1930*. [s/n] [s/p].

NÓVOA, António. Governar através dos números. In: *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX: os censos e as estatísticas*. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian. 2004, p.9-15.

Ó, Jorge Ramos do. Notas sobre Foucault e a governamentalidade. In: FALCÃO, Luis Felipe; SOUZA, Pedro de. *Michel Foucault perspectivas*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2005. P. 14-40.

PINHO, P. M. *Numeramentalização: uma analítica sobre os números, as suas relações e os seus registros*. Proposta de Tese (doutorado). Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS, 2011.

POPKEWITZ, T. e LINDBLAD, S. Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. *Educação & Sociedade*. São Paulo, v. 22, n. 75, ago. 2001. P. 111-148.

ROSE, Nikolas. Governing by numbers. Refiguring out democracy. In: *Accounting Organizations and Society*. London: Pergamon, v. 16, n.7, p. 673-692, 1991.

SENRA, Nelson de Castro. Governamentalidade, a invenção política das estatísticas. *Informare – Cadernos do PPG em Ciências da Informação*, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 88-95, jan/jun 1996.

SENRA, Nelson de Castro. *O saber e o poder das estatísticas: uma história das relações dos estatísticos com os estados nacionais e com as ciências*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

TRAVERSINI, Clarice Salete. *Programa Alfabetização Solidária: o governo de todos e de cada um*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do rio Grande do Sul, 2003.

TRAVERSINI, Clarice; BELLO, Samuel Edmundo L. O numerável, o mensurável e o auditável: estatística como tecnologia para governar. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n. 34, n. 2, mai/ago, 2009.

TRAVERSINI, Clarice; FERREIRA, Maurício dos Santos. A Análise foucaultiana do discurso como ferramenta metodológica de pesquisa. In: *Educação e Realidade* (no prelo).

TRINDADE, Iole Maria Faviero. A invenção de múltiplas alfabetizações e (an)alfabetismos. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 29, n. 2, jul/dez 2004. P. 125-142

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas de governo... In: RAGO, M; ORLANDI, L. B.; VEIGANETO, A. (Orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nitezschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. P. 13-34

VEIGA-NETO, Alfredo. TRAVERSINI, Clarice. Porque governamentalidade e educação? In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n. 34, n. 2, mai/ago, 2009.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. Análises Culturais – um modo de lidar com histórias que interessam à educação. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007, p.71-90.

MATERIAL ANALISADO

ACHADO, Nádie Christina Ferreira M. *Letramento, gênero, raça e ocupação no Brasil*. Resumo de Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Educação. 2004.

ARRUDA, Alberto Santos. *Alfabetização e consciência metatextual: Uma Análise do conceito de letramento*. Resumo de Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco - Psicologia Cognitiva. 2008.

ARTES, Amelia Cristina Abreu. *Indicador nacional de alfabetismo funcional - 2001: explorando as diferenças entre mulheres e homens*. Resumo de Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo – Educação. 2005.

BARBOSA, Evandro Brandão. *O Analfabetismo de adultos e crianças em idade escolar, na zona urbana do município de Fonte Boa/AM*. Resumo de Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas – Educação. 2005.

BARRERA, Sylvia Domingos. *Linguagem oral e alfabetização: um estudo sobre variação lingüística e consciência metalingüística em crianças da 1a. série do ensino fundamental*. Resumo de Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo - Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. 2000.

BERLINER, Monica Reis. *Avaliação do indicador nacional de alfabetismo funcional*. Resumo de Dissertação Profissionalizante. Fundação Cesgranrio – Avaliação. 2010.

BONAMINO, Alicia; COSCARELLI, Carla; FRANCO, Creso. Avaliação e letramento: concepções de aluno letrado subjacentes ao SAEB e ao PISA. In: *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 23, n. 81, dez. 2002. P. 91-113.

CAMPELO, Maria Estela Costa Holanda. *Alfabetizar crianças: um ofício, múltiplos saberes*. Resumo de Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Educação. 2001.

CARLI, Solange Auxiliadora Souza. *Políticas para a educação de jovens e adultos (EJA) no sistema de ensino de Belo Horizonte no período de 1990/2000: ordenamentos legais e efetivação institucional*. Resumo de Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Educação. 2004.

CASTANHEIRA, Salette Flores. *estudo etnográfico das contribuições da sociolinguística à introdução ao letramento científico no início da escolarização*. Resumo de Dissertação de Mestrado. Universidade De Brasília – Educação. 2007.

FERNANDES, Sheila Maria Pereira. *Política de educação para jovens e adultos - os desafios para implementação e a Manutenção do PMEA no Município de Uberlândia-MG (anos 1980-2000)*. Resumo de Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia – Educação. 2002

FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os Censos? In: *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 23, n. 81, dez. 2002. P. 21-47.

FILHO, José Nelson Arruda. *A experiência do Programa Alfabetização Solidária no município Beberibe - Ceará no período 1998/2002*. Resumo de Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará - Políticas Públicas e Sociedade. 2003.

FONTELLA. Gléris Suhett. *As complexas relações entre fonemas e grafemas e suas implicações no processo de aquisição da escrita*. Resumo de Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense – Letras. 2001.

FREITAS, M. A. Teixeira de. O ensino primário brasileiro no decênio 1932-1941. In: *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro. v.02, n.08, 1941, p. 261-320.

GATTI, Bernardete A. Estudos quantitativos em educação. In: *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.30, n.1, jan./abr. 2004, p.11-30.

GINDRI, Gigiane. *Memória de trabalho, consciência fonológica e hipótese de escrita: um estudo com alunos de pré-escola e de primeira série*. Resumo de Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria - Distúrbios da Comunicação Humana. 2006.

JUSTINO, Maria Ines de Souza Vitorino. *Efeitos do reforço escolar numa abordagem fônica em alunos do ensino fundamental com graves defasagens na alfabetização*. Resumo de Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo/ Ribeirão Preto – Psicologia. 2010.

KAVESKI, Flávia Cavalcanti Gonçalves. *Alfabetização de jovens e adultos nas escolas formais em Ponta Porã-MS - reflexões sobre a prática docente*. Resumo de Dissertação de Mestrado. Universidade Católica Dom Bosco – Educação. 2002.

KLEIN, Delci Heinle. *Estratégias de governo do analfabetismo: uma análise da Ação ABC Alfabetizando*. Resumo de Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande Do Sul – Educação. 2010

LEMOS, Andrea Alessandra. *Identificação dos níveis funcionais de leitura e escrita em crianças de segunda série do município de Belém*. Resumo de Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará - Psicologia (Teoria e Pesquisa do Comportamento). 2005.

LIMA, Andréia Miranda Domingues de. *Ambiente virtual para auxiliar a aprendizagem de meninas com dificuldade de leitura*. Resumo de Tese de Doutorado. Universidade de Mogi das Cruzes - Engenharia Biomédica. 2010.

LUNA, Tânia Souza De. *Curso de capacitação para professores do ciclo I na área de língua portuguesa: teorias e práticas de aprendizagem*. Resumo de Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Língua Portuguesa. 2008.

MAIA, Mauricio Holanda. *Aprendendo a marchar: os desafios da gestão municipal do ensino e da superação do analfabetismo escolar*. Resumo de Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará – Educação. 2006.

MARQUES, Maria José Telles Franco. *As políticas públicas para a educação de jovens e adultos no município de Dourados-MS (1996-2000)*. Resumo de Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos – Educação. 2002.

MELO, Maria Valderice De. *Analfabetismo no nordeste brasileiro: o caso do Rio Grande Do Norte - ANOS 90*. Resumo de Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Do Rio Grande do Norte – Educação. 1997.

MENDES, Luis Augusto Mattos. *Tecnologias educacionais na escola: um estudo sobre a utilização de recursos didáticos numa classe de alfabetização*. Resumo de Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Petrópolis – Educação. 2006

OLIVEIRA, Lucilia Vernaschi de. *Sala de recursos e o desenvolvimento da linguagem escrita*. Resumo de Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá – Educação. 2009.

OLIVEIRA, Jaima Pinheiro De. *Efeitos de um programa de intervenção metatextual em escolares com dificuldades de aprendizagem*. Resumo de Tese de Doutorado. Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília – Educação. 2010

PEREIRA, Luzia Estevo. *O nascimento do estranho na cidade de São Paulo: analfabetismo e estigma*. Resumo de Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo – Educação. 2007.

PINTO, José Marcelino de Rezende; BRANT Liliane L. N. de A. Oliveira; SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno; PASCOM, Ana Roberta Pati. Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 81, n. 199, set./dez. 2000, p. 511-524.

REGUEIRA, Aparecida Tereza Rodrigues. *As fontes estatísticas em relações raciais e a natureza da investigação do quesito cor nas pesquisas sobre a população no Brasil: contribuição para o estudo das desigualdades raciais na educação*. Resumo de Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Educação. 2004.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão. *Alfabetismo e atitudes - pesquisa junto a jovens e adultos paulistanos*. Resumo de Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Educação: História, Política, Sociedade. 1998.

RIBEIRO, Vera Masagão. Questões em torno da construção de indicadores de analfabetismo e letramento. In: *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.27, n.2, jul./dez. 2011, p.283-300.

RIBEIRO, Vera Masagão; VÓVIO, Claudia Lemos; MOURA, Mayra Patrícia. Letramento no Brasil: alguns resultados do indicador nacional de alfabetismo funcional. In: *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 23, n. 81, dez. 2002. P. 49-70.

RIZZATTI, Mary Elizabeth Cerutti. *Consciência fonêmica e aprendizado da leitura e da escrita: implicações de uma opção metodológica mais sintética ou mais global para a alfabetização*. Resumo de Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Letras. 2004.

ROMERO, Marta De Vargas. *Desenvolvimento das habilidades em consciência fonológica e relação com leitura e compreensão leitora*. Resumo de Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria - Distúrbios Da Comunicação Humana. 2004.

SANTOS, Marluce Cavalcanti. *Educação e desenvolvimento sustentável: uma análise crítica da experiência do Programa de Alfabetização Solidária no Município de Traipu-AL*. Resumo de Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Alagoas - Desenvolvimento e Meio Ambiente. 2002

SCHAEPFER, Eduardo de Castro Rebello. “A alfabetização no Brasil segundo o Censo de 1960”. In: *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro. v.02, n.08, 1969, p.386-388.

SEÇÃO DE ESTUDOS E ANÁLISES - Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Evolução provável do alfabetismo na população brasileira durante o período de 1940 a 1950. In: *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro. v.02, n.08, 1951, p.199-214.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. O analfabetismo no Brasil sob enfoque demográfico. In: *Cadernos de Pesquisa*. nº 107, julho/1999

TRINDADE, Vivian Cristina Matos da. *Imagens concepções e práticas de leitura e escrita em sala de aula: memórias de professores de Carandaí, MG nas décadas de 1940 a 1970*.

Resumo de Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Educação. 2006.

WOICIECHOWSKI, Marília. *Jovens, adultos e idosos: o sabor de aprender e ensinar a ler e a escrever*. Resumo de Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Ponta Grossa – Educação. 2006.

Data de recebimento: 02/09/2012

Data de aceite: 20/09/2012